

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Maj Inf RAFAEL LOPES BRANDÃO

**O recrutamento de indígenas para o Serviço Militar
Inicial Obrigatório no Comando Militar da Amazônia.**



Rio de Janeiro
2023

Maj Inf RAFAEL LOPES **BRANDÃO**

**O recrutamento de indígenas para o Serviço Militar
Inicial Obrigatório no Comando Militar da Amazônia.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Orientador: Prof. Dr. Tássio Franchi

Rio de Janeiro
2023

B817r Brandão, Rafael Lopes

O recrutamento de indígenas para a prestação do serviço militar inicial obrigatório no Comando Militar da Amazônia./ Rafael Lopes Brandão.—2023.

41 f.: il. ; 30 cm.

Orientação: Prof. Dr. Tássio Franchi.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2023.

Bibliografia: f. 39-41

1. Serviço Militar 2. Amazônia 3 Recrutamento 4. Indígena I. Título.

CDD 355.2

Maj Inf RAFAEL LOPES **BRANDÃO**

O recrutamento de indígenas para o Serviço Militar Inicial Obrigatório no Comando Militar da Amazônia.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional.

Aprovado em _____.

COMISSÃO AVALIADORA

Prof Tássio Franchi
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Prof Gustavo da Frota Simões
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Jairo Luiz Fremdling Farias Junior – Maj Inf
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

À minha esposa Suellen e aos meus filhos Gustavo e Rafele. Obrigado por todo apoio durante a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades e conquistas alcançadas, pelos ensinamentos que a escola da vida nos proporciona na lida diária.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Tássio Franchi, pela paciência, confiança, camaradagem e precisão nos apontamentos dados em cada etapa deste trabalho.

Ao Comando Militar da Amazônia pela atenção e cuidado no fornecimento dos dados que consubstanciaram esta pesquisa.

Aos meus pais Walter e Rosana, por todo amor, carinho e educação dedicados a minha formação pessoal.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Floresta Amazônica	14
Figura 2	Mata de Igapó	15
Figura 3	Mapa da Bacia do Rio Amazonas	16
Figura 4	Recursos Minerais da Amazônia	17
Figura 5	Unidades do CMA	22
Figura 6	Disposição dos PEF do CMA	24
Figura 7	Patrulhamento Fluvial	25
Figura 8	Operação Verde Brasil	25
Figura 9	Realização de ACISO	26
Figura 10	Operação Acolhida	27
Figura 11	Operação Verde Brasil 2	28
Figura 12	Instrução durante o COS	31

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMA	Comando Militar da Amazônia
END	Estratégia Nacional de Defesa
PND	Política Nacional de Defesa
C Mil A	Comando Militar de Área
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
OEE	Objetivos Estratégicos do Exército
PBCFlu	Posto de Bloqueio e Controle de Estradas
PEF	Pelotão Especial de Fronteira
OM	Organização Militar
EB	Exército Brasileiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ONG	Organização Não Governamental
OSP	Órgão de Segurança Público
TTP	Técnicas, Táticas e Procedimentos
F Ter	Força Terrestre
RM	Região Militar
CMN	Comando Militar do Norte
TG	Tiro de Guerra
FARC	Força Armada Revolucionária Colombiana
LEA	Levantamento Estratégico de Área
ACISO	Assistência Cívico-Social
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
SEMA	Secretaria Especial do Meio Ambiente
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
PGAEB	Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
COS	Curso de Operações na Selva
LSM	Lei do Serviço Militar
DSM	Diretoria de Serviço Militar
EV	Efetivo Variável

OFOR	Órgão de Formação de Oficiais da Reserva
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
SERMILMOB	Serviço Militar de Mobilização
JSM	Junta de Serviço Militar

RESUMO

Este trabalho apresenta um panorama de como ocorre o recrutamento de indígenas para a prestação do serviço militar inicial obrigatório no âmbito do Comando Militar da Amazônia. O objetivo desse estudo é verificar como o Exército Brasileiro tem conduzido o processo de seleção e convocação de homens oriundos da população indígena para a prestação do serviço militar inicial nas Organizações Militares da Amazônia Ocidental, visando identificar oportunidades de melhorias que possam potencializar a operacionalidade da Força Terrestre naquele ambiente operacional. Para isso, buscou-se apresentar como esse Comando Militar de Área desenvolve suas ações para o fortalecimento da defesa e do desenvolvimento nacional nessa região e o referido processo. O método utilizado foi um estudo qualitativo, baseado numa pesquisa bibliográfica, documental e de legislação. Como resultado desse trabalho, constata-se que há oportunidades de melhoria na captação dos recursos humanos em populações indígenas que podem contribuir com a missão do Exército Brasileiro na defesa dos interesses nacionais na região amazônica.

Palavras-chave: Recrutamento; indígenas; serviço militar; e Amazônia.

ABSTRACT

This paper presents an overview of how indigenous people are recruited for initial military service obligatory within the scope of the Amazon Military Command. The objective of this study is to verify how the Brazilian Army has conducted the process of selection and convoking of men from the indigenous population to provide initial military service in the Military Organizations of the Western Amazon, in order to identify opportunities for improvements that can enhance the Force's operability Terrestrial in that operating environment. For this, we sought to present how this Military Area Command develops its actions to strengthen defense and national development in this region and the referred process. The method used was a qualitative study, based on bibliographical documental and legislation research. As a result of this work, it appears that there are opportunities to improve the capture of human resources from indigenous populations that can contribute to the mission of the Brazilian Army in defending national interests in the Amazon region.

Keywords: Recruitment; indigenous; military service; Amazon.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
1.1 O PROBLEMA.....	10
1.2 OBJETIVO GERAL.....	11
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO.....	11
1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO.....	12
2. METODOLOGIA	12
2.1 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.2 INSTRUMENTOS.....	13
3. REFERENCIAL TEÓRICO	214
3.1 CARACTERÍSTICAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL.....	14
3.1.2 ASPECTOS PSICOSSOCIAL.....	17
3.1.3 ASPECTOS ECONÔMICOS.....	18
3.1.4 ASPECTOS POLÍTICOS.....	18
3.2 AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES MILITARES EM AMBIENTE DE SELVA.....	19
4. O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIAL	21
4.1 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO.....	21
4.2 A MISSÃO.....	23
4.2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL.....	27
4.2.2 A QUESTÃO INDÍGENA.....	28
4.2.3 O CENTRO DE INSTRUÇÃO DE GUERRA NA SELVA.....	30
5. O SERVIÇO MILITAR.....	31
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	34
7. CONCLUSÃO	37
REFERÊNCIAS.....	39

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho possui como tema “O recrutamento de indígenas para o Serviço Militar Inicial Obrigatório no Comando Militar da Amazônia”. A escolha do tema foi devido à vivência profissional do autor, que teve o privilégio de servir por cinco anos em Organizações Militares (OM) sediadas em guarnições do Comando Militar da Amazônia (CMA), de se especializar em Operações na Selva e de comandar um Pelotão Especial de Fronteira localizado dentro de uma comunidade indígena na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

“A Amazônia Ocidental localiza-se no centro geográfico da Amazônia continental, sendo constituída pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima e ocupando uma área de 2.194,599 km².” (BRASIL, 2023, p. 2-1)

A região, por suas imensas riquezas naturais, é alvo constante da cobiça estrangeira, o que pode ser comprovado pela presença contínua nas manchetes da mídia internacional, sob o manto de temas aparentemente justos como a conservação da floresta e proteção da população indígena, entre outros. Esta ação visa, sem sombra de dúvidas, inibir ações governamentais dos países amazônicos, restringindo a soberania dos mesmos sob seus respectivos territórios, buscando a sua internacionalização, sob a égide de organismos internacionais. (BRASIL, 1997, p. 2-8)

“A Região Amazônica Ocidental possui especificidades e ameaças que diferenciam sua Faixa de Fronteira de qualquer outra do país. Estas peculiaridades são óbices que devem ser transpostos para a manutenção da segurança, integridade e soberania nesta área estratégica do território nacional” (ARAÚJO, 2018, p.21), representando um dos focos de maior interesse para a defesa no país. (Livro Branco de Defesa Nacional, 2020, p. 31)

A concepção estratégica de defesa do país, em tempo de paz ou de crise, está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças, observando o estabelecido na Constituição, nos preceitos do direito internacional e nos compromissos firmados pelo país, [...] com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com um mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz. (Estratégia Nacional de Defesa, 2020, p. 33)

O Exército Brasileiro tem como missão constitucional “contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento

nacional e o bem-estar social. Para isso, preparar a Força Terrestre, mantendo-a em permanente estado de prontidão.” (EXÉRCITO BRASILEIRO, 2023, Online)

Devido às dimensões continentais do Brasil, a Força Terrestre se encontra presente em todas as regiões do país, com tropas de diferentes naturezas (de montanha, de caatinga, de selva, entre outras), especializadas no combate, de acordo com as características e especificidades da sua região, visando rechaçar, de imediato, qualquer ator que ameace a soberania nacional. Essa disposição das tropas preposicionadas, em todo o território brasileiro, é conhecida como Estratégia da Presença. (TORRES, 2020, p.10)

“A participação de indígenas na preservação dos interesses nacionais, empunhando armas, remonta tempos distantes na história do Brasil. Os primeiros eventos registrados datam de 1567, quando o líder da tribo dos Temiminós, Ararigbóia, ajudou os portugueses a expulsar os franceses da Baía de Guanabara.” (DOKTORZICZYK, 2022, p. 14)

A coleta de dados do Censo Demográfico, realizado em 2022, registrou a existência de 1.652.876 pessoas indígenas no país, concentrando-se especialmente na porção norte do território nacional. (IBGE, 2023, Online)

Anualmente, centenas de indígenas são incorporados às fileiras do Exército Brasileiro para a prestação do serviço militar inicial. O processo de seleção e convocação desses recursos humanos encontra amparo legal no Art. 143 da Constituição Federal e na Lei do Serviço Militar, complementados por decretos, portarias e normas que o regulam.

1.1 O PROBLEMA

Nesse cenário apresentado surge a seguinte problemática: o recrutamento de indígenas ocorrido durante o processo de alistamento militar conduzido nas guarnições militares do CMA está selecionando os melhores recursos humanos para as OM? Há oportunidades de melhoria que podem ser implementadas nesse processo visando potencializar a operacionalidade do Exército Brasileiro nesse ambiente operacional?

1.2 OBJETIVO GERAL

O presente trabalho terá como objetivo geral analisar como ocorre o recrutamento de indígenas no âmbito do Comando Militar da Amazônia (CMA), especialmente nas guarnições militares em que há presença de comunidades indígenas, identificando as características desse processo e levantando oportunidades de melhoria no alistamento militar que possam resultar num melhor aproveitamento desse material humano em proveito da Força Terrestre.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para viabilizar a consecução desse objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos intermediários:

- Identificar as características da região amazônica e suas influências sobre as operações de selva;
- Apresentar a missão do CMA;
- Compreender o serviço militar adotado pelo Exército Brasileiro;
- Identificar as peculiaridades do alistamento militar conduzido nas guarnições do CMA; e
- Apresentar e discutir os resultados das pesquisas de campo à luz da bibliografia.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Esse trabalho delimita-se no espaço à região da Amazônia Ocidental; no nível institucional, ao Exército Brasileiro, com ênfase no Comando Militar da Amazônia; no nível operacional, às operações de selva; e no nível temporal, aos últimos 10 anos.

1.5 RELEVÂNCIA DO ESTUDO

A relevância do estudo está relacionada ao alinhamento estratégico da pesquisa com interesses atuais e futuros da Instituição. A produção de conhecimentos sobre o recrutamento de indígenas para a prestação do serviço militar inicial poderá contribuir para o fortalecimento da dimensão humana e para a ampliação da integração do Exército à sociedade, Objetivos Estratégicos do Exército números 13 e 14, respectivamente.

Outrossim, os conhecimentos obtidos ao final desse trabalho poderão fomentar discussões futuras sobre o tema, provocar mudanças nesse processo de recrutamento e, conseqüentemente, potencializar as ações militares desenvolvidas pelo Comando Militar da Amazônia na extensa faixa de fronteira do país, fortalecendo o poder de combate da Força Terrestre.

2. METODOLOGIA

Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica de fontes científicas encontradas sobre o tema, de forma a servir de embasamento teórico durante o trabalho. Para isso, foi utilizado o método da leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, o qual foi criteriosamente selecionado, quanto ao seu conteúdo e atualização.

Em seguida, foram realizadas entrevistas com militares dotados de vasta experiência profissional nessa região, com intuito de coletar dados complementares àqueles obtidos pela fonte bibliográfica. Com isso, foi possível discutir os resultados e inferir conclusões gerais acerca das melhorias que se fazem necessárias no alistamento militar conduzido nas guarnições do Comando Militar da Amazônia (CMA), no tocante ao recrutamento de indígenas.

Quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois os conhecimentos produzidos permitirão uma aplicação prática em diversas OM do Exército Brasileiro (EB), especialmente àquelas que se localizam em área em que a presença do povo indígena é marcante.

Considerando que a qualidade dos recursos humanos está ligada ao nível de operacionalidade da F Ter, o recrutamento de indígenas para a prestação do serviço militar nas Organizações Militares (OM) do CMA pode ser relacionado com

a eficácia das ações militares na floresta amazônica. Nesse escopo, o presente trabalho buscou fazer uma abordagem qualitativa sobre o tema, visando compreender como são recrutados os cidadãos indígenas para a prestação do serviço militar inicial obrigatório no âmbito do CMA e como esse processo de seleção pode contribuir com as operações militares realizadas nessa região do país.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

O trabalho investigativo conduzido durante essa etapa teve como objetivo caracterizar a Amazônia Ocidental, quanto às expressões do poder nacional, identificando as peculiaridades relacionadas às operações militares desenvolvidas pelas OM do CMA nesse ambiente operacional.

Assim, o estudo foi delimitado geograficamente à Amazônia Ocidental, abrangendo os Estados da Amazônia, Roraima, Rondônia e Acre. Quanto ao tempo, foram priorizadas as fontes produzidas nos últimos dez anos.

Os critérios de inclusão utilizados foram baseados no estudo de leis, portarias, manuais e trabalhos científicos acerca do serviço militar inicial obrigatório e da missão do CMA.

Os critérios de exclusão foram aqueles que fugiram da proposta deste trabalho e não direcionavam ao objetivo geral de estudo.

2.2 INSTRUMENTOS

O presente estudo teve como alicerce bibliográfico a coleta documental, instrumento que serviu de suporte durante todo o trabalho.

A fim de complementar a coleta de dados obtidos pelas fontes bibliográficas, foram realizadas entrevistas com oficiais que serviram ou servem em Organizações Militares do CMA, por meio de documentação enviada pelo correio eletrônico e entrevistas pessoais.

Os dados obtidos foram criteriosamente analisados e discutidos, servindo de embasamento para as conclusões que se chegaram ao final do trabalho.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 AS CARACTERÍSTICAS DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

3.1.1 Aspectos Fisiográficos

Quanto ao relevo,

A região é caracterizada topograficamente por um imenso baixo platô, abrangendo as áreas de terra firme e por uma planície que engloba as áreas alagadiças de várzeas e pelas encostas de dois planaltos que a limitam, o brasileiro, ao sul, e o guianense, ao norte.[...] A densa cobertura da floresta faz com que não existam documentos topográficos que representem com fidelidade o relevo no interior da selva, mas sabe-se que este terreno é bastante movimentado, com aclives e declives, formando pequenos vales conhecidos como socavões, com desníveis de até 40m. (BRASIL, 2023, p. 2-8)



Figura 1 – Floresta amazônica, a maior floresta tropical do planeta
Fonte: BRASIL, 2023, p 2-6.

“O solo no interior da selva é todo recoberto por uma espessa camada de material vegetal em decomposição. Desse material, podem ser aproveitadas folhas

ou pequenos galhos, que adquirem uma camada luminescente, para sinalizadores ou marcadores à noite.” (BRASIL, 2023, p. 2-10).

A floresta equatorial constitui-se na característica dominante da área, apesar de não apresentar um aspecto uniforme. [...] As árvores, embora nasçam em cotas diferentes no solo, crescem até nivelar suas copas com as demais, na busca de luz solar. Tal peculiaridade tem duas implicações básicas: forma de entrelaçamento nas copas tão espesso, que impede a visibilidade do céu a um observador no interior da selva para um observador que se oriente com base em uma fotografia, ou carta feita a partir de levantamento aerofotogramétrico, a realidade do solo não aparecerá, ocorrendo a falsa sensação de um terreno quase plano. (BRASIL, 2023, p. 2-9)



Figura 2 – Mata de igapó
Fonte: BRASIL, 2023, p 2-7.

“A hidrografia, é sem dúvida, junto com a vegetação, uma das características mais marcantes dessa região geográfica. O rio Solimões/ Amazonas é a artéria principal de todo esse sistema” (BRASIL, 2023, p. 2-11)

Devido as suas características, a bacia Amazônica influencia no planejamento e execução das operações na selva.

(7) Os rios da bacia sofrem grande influência das chuvas modificando completamente a paisagem do período da cheia para a seca, ocasionando problemas à navegação.

(8) A sinuosidade dos rios, a variação da topografia dos seus leitos, associada à inexistência de documentos hidrográficos, impõem uma série de condicionantes à navegação nos rios amazônicos, tais como:

- utilização intensiva de “práticos”;
- uso de barcos com casco chato, ou de pequeno calado;
- restrição no comprimento das embarcações; e

- dificuldade de acesso a pontos afastados da calha principal a embarcações da Marinha de Guerra, que possam prover um maior apoio de fogo (corvetas).

(10) Muitos rios possuem em seus cursos, corredeiras que interrompem a navegação, obrigando o transbordo de embarcações, ou muitas vezes, o transporte do meio flutuante utilizado, a braços, através desses obstáculos.

(11) Os rios podem, basicamente, ser classificados em escuros ou barrentos. Os de águas escuras por terem a piscosidade menor que os barrentos, são conhecidos como “rios da fome”. No interior da selva os igarapés são límpidos e transparentes, podendo suas águas, normalmente serem utilizadas para consumo, sem o uso de purificadores. (BRASIL, 1997, p. 2-5)

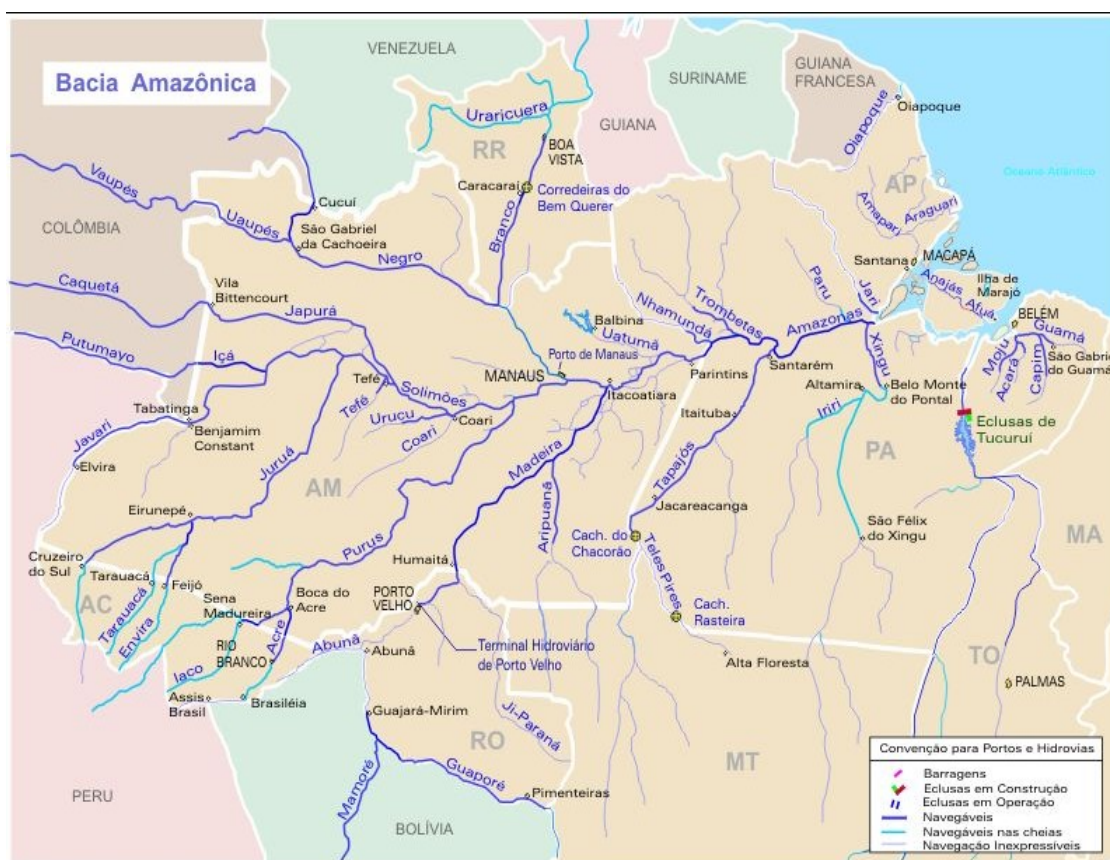


Figura 3 – Mapa da Bacia do Rio Amazonas

Fonte: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2023, Online.

A existência de reservas minerais de alto valor comercial também constitui um aspecto fisiográfico de relevância. A Amazônia caracteriza-se por apresentar terreno de todas as idades, o que propicia um altíssimo potencial em riquezas minerais de toda ordem. Existem, entre outras, enormes reservas de ouro, pedras preciosas, cassiterita, bauxita, manganês, caulim e minerais estratégicos. Uma peculiaridade dessas reservas é que elas ocorrem à flor do solo, o que facilita sobremaneira a exploração delas. (BRASIL, 2023, p. 2-11)



Figura 4 – Recursos minerais da Amazônia
 Fonte: BRASIL (2010) apud SANTOS FILHO (2012)

No que diz respeito ao clima da região, “as estações do ano são reduzidas a duas: a estação das chuvas ou inverno amazônico – de outubro a abril – com índice pluviométrico elevado, e a estação da seca ou verão amazônico – de maio a setembro – com chuvas esporádicas.” (BRASIL, 2023, p. 2-13)

O clima predominante é o quente e úmido. As temperaturas médias atingem os 24° C no inverno e 32° C no verão amazônico. A umidade relativa é elevada, com média de 89%. As madrugadas são sempre com temperaturas mais baixas, particularmente no interior da selva, podendo chegar aos 16° C. O céu, no verão amazônico, é normalmente limpo, mas, no inverno, torna-se nublado, com inúmeras formações que provocam constantes descargas elétricas. As condições atmosféricas podem mudar em questão de minutos e ocorrer tempestades intensas, mas, normalmente, de curta duração. (BRASIL, 2023, p. 2-13)

3.1.2 Aspectos Psicossociais

“A Amazônia possui imensos vazios ecumênicos. A população concentra-se nas capitais estaduais e ao longo dos grandes rios e de algumas rodovias, tornando nossas fronteiras muito vulneráveis às ações de forças adversas e à prática de ilícitos.” (BRASIL, 1997, p. 2-7)

A região apresenta alta taxa de mortalidade infantil, baixa expectativa de vida e precárias condições de saúde da população. Entre as doenças endêmicas transmissíveis, destacam-se a malária, a tuberculose, a leishmaniose e a lepra. [...] Quanto à situação educacional, verificam-se os seguintes problemas: dispersão populacional, regiões afastadas e inacessíveis aos locais de ensino, existência de grande número de professores leigos, principalmente no ensino fundamental, resultando em uma baixa qualidade do ensino e altas taxas de evasão e repetência. (IBGE, 2011, apud SANTOS FILHO, 2012)

3.1.3 Aspectos Econômicos

“A posição da área em relação às principais rotas de comércio internacional e aos centros de poder nacional é excêntrica e mal-servida de ligações.” (BRASIL, 1997, p. 2-1).

As inúmeras riquezas naturais da Amazônia, principalmente minerais, quase que intactas, representam o potencial econômico da região e podem motivar conflitos internacionais, de natureza e intensidade diversas. Apesar dessa riqueza, a Amazônia ainda tem uma estrutura econômica deficitária, restringindo as possibilidades de utilização dos recursos locais para as operações militares. Dentre estes recursos há que se considerar o imenso potencial de água doce, produto que, segundo projeções, pode vir a tornar-se mundialmente escasso até a primeira metade do próximo século. (BRASIL, 1997, p.2-8).

“O transporte fluvial é predominante na área, complementado pelo aéreo e pelo rodoviário. Possui diversos inconvenientes, como fraca infraestrutura portuária, lentidão, sujeição ao volumen dos rios e percursos alongados [...]” (BRASIL, 1997, p.2-8)

A rodovia BR-230 (Transamazônica) e suas transversais, apesar de não estarem pavimentadas, interligam diversas hidrovias, criando flexibilidade de acesso ao interior da Amazônia. As rodovias BR-174 (Manaus – Boa Vista) e a BR-319 (Manaus – Porto Velho) complementam o sistema hidroviário entre estas importantes cidades da região. (BRASIL, 1997, p.2-8).

3.1.4 Aspectos Políticos

“As fronteiras amazônicas ficaram à margem das políticas desenvolvimentistas e de fiscalização, devido a dificuldade de deslocamento, comunicação e a baixa densidade demográfica, aspectos que favoreceram à proliferação das ameaças transnacionais.” (AMORIM, 2012, p. 38)

A limitada capacidade de fiscalização dos órgãos de segurança pública decorrente da insuficiência de meios em pessoal e material, associada às particularidades e peculiaridades da área de fronteira do Brasil com os países vizinhos, fez dessa região um local propício para o crescimento dos crimes considerados transfronteiriços. Ao longo das últimas décadas, as

dificuldades operativas dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) na faixa fronteiriça favoreceram a ocorrência de vários ilícitos, tornando-a uma área extremamente sensível à segurança pública. (DANTAS [2014] apud MUNIZ [2018, p. 13])

Dantas (2014), aponta também como a fronteira norte do país é permeável a ocorrência de crimes transnacionais:

Dantas (2014) verificou que os problemas internos dos países vizinhos como a produção da pasta base de coca na Colômbia, Bolívia e Peru, a produção de maconha no Paraguai, além do contrabando e pirataria proveniente do Paraguai e da Bolívia, acabam adentrando no território brasileiro através da extensa faixa de fronteira. Naturalmente, estes delitos adentram ao Brasil com grande facilidade devido às particularidades regionais e as condições dos OSP que não apresentam capacidade de fiscalização e repressão. (DANTAS [2014] apud MUNIZ [2018, p. 13])

“A região é caracterizada ainda pela presença de várias Organizações Não Governamentais [...], a maioria delas apoiadas por nações estrangeiras, cujos objetivos de natureza ambiental e/ou humanitária, muitas vezes são utilizados como fachada para a realização de levantamento estratégico de área.” (BRASIL, 1997, p. 2-8)

3.2 AS CARACTERÍSTICAS DAS OPERAÇÕES MILITARES EM AMBIENTE DE SELVA

“Os elementos da F Ter poderão ser empregados em ambientes operacionais com características tão peculiares que exijam da tropa táticas, técnicas e procedimentos (TTP) específicas para o cumprimento de sua missão.” (BRASIL, 2017, p. 6-1)

“Esses ambientes, por conta de suas especificidades, principalmente quanto aos aspectos fisiográficos (dimensão física do ambiente operacional), são denominados ambientes com características especiais e requerem adaptação e aclimatação da tropa, bem como a utilização de material e equipamento especiais.” (BRASIL, 2017, p. 6-1)

O ambiente operacional de selva possui as seguintes características gerais: largas áreas de floresta densa, clima tropical úmido, biodiversidade de flora e fauna, elevados índices de temperatura e umidade, vasta rede hidrográfica, sujeita à sazonalidade do regime pluvial, rede rodoviária rarefeita ou mesmo inexistente, presença de moléstias tropicais e baixa densidade populacional. A densa cobertura florestal dificulta o movimento de tropa e a observação. Além disso, torna os campos de tiro restritos e dificulta as comunicações, restringindo a capacidade de coordenação e controle das forças. (BRASIL, 2017, p. 6-1)

“O terreno acidentado e escorregadio, as constantes chuvas, a necessidade de frequentemente transpor cursos d’água, aliados a uma temperatura constantemente elevada e de considerável umidade, tornam a selva um lugar onde o movimento a pé é extremamente cansativo [...]” (BRASIL, 2023, p. 3-3)

As condições de clima e vegetação conferem às operações desenvolvidas nesse tipo de ambiente operacional as seguintes características principais: emprego de pequenas frações; restrições ao emprego de meios de transporte motorizados, mecanizados e blindados; importância do controle das localidades; ações táticas descentralizadas; restrições ao emprego de meios de comunicações; restrições de apoio de fogo; necessidade de apoio logístico cerrado, de modo a permitir, se necessário, o suprimento direto às pequenas frações; importância de meios fluviais e aéreos; e dificuldade de orientação. (BRASIL, 2017, p. 6-1)

Nesse ambiente, o militar deve constantemente decidir entre carregar o material necessário para a sua sobrevivência na selva e o material para o combate, como armamentos, munição, explosivos etc. Deve-se levar em consideração o equilíbrio entre o peso do equipamento e o desgaste físico do combatente [...]. (BRASIL, 2023, p.3-2)

Uma das influências desse ambiente sobre o combatente é a perspectiva de combater e viver na selva, ocasionando fortes tensões decorrentes do medo condicionado nos soldados não familiarizados. Na selva, o homem estará submetido a um desgaste físico intenso em consequência do calor excessivo. A transpiração abundante pode levar a uma rápida exaustão. Assim, é imperativo que todos os homens sejam adaptados ao clima, de modo que a saúde e a eficiência combativa garantam a execução da missão que lhes foi confiada. (BRASIL, 2023, p. 3-1)

Outra possibilidade de operações no ambiente de selva é a Guerra de Resistência, na qual se busca desgastar o inimigo pelo emprego de ações não convencionais e inovadoras. (BRASIL, 2023, p. 1-2)

Conforme o manual EB20-MC-10.210, o combate de resistência é definido como:

“Conflito armado em que nacionais de um país ocupado por outro país ou coligação de países, total ou parcialmente, lutam contra o poder de ocupação para restabelecer a soberania e a independência. As operações nesse ambiente se caracterizam pelo desenvolvimento de ações militares em um conflito prolongado, de caráter restrito, na maioria das vezes de baixa intensidade, onde normalmente empregam-se táticas e técnicas não convencionais e inovadoras. Visa a obter a vitória pelo enfraquecimento moral, físico e material do inimigo, por sua desarticulação estratégica e tática, além da obtenção do apoio político e da opinião pública interna e externa. Ressalta-se a necessidade de desgastar o inimigo, caracterizado como detentor do poder militar incontestavelmente superior. O mesmo que Guerra de Resistência.” (BRASIL, 2014)

4. O COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA

4.1 HISTÓRICO DE CRIAÇÃO

O Exército, presente na Amazônia desde o início do século XVII, vem ampliando seu dispositivo pela instalação de diversas unidades de fronteira. Tais unidades representam pólos de desenvolvimento, em torno dos quais, como ocorreu no passado, crescem núcleos habitacionais, garantidores da presença brasileira e de nossa soberania. (EXÉRCITO BRASILEIRO, Online)

O CMA foi criado em 27 de Outubro de 1956, pelo então Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e pelo Ministro da Guerra, General de Exército Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, por meio do Decreto Nº 40.179. Com a criação das Guarnições de Fronteira na parte ocidental da Amazônia, a sede do CMA foi transferida de Belém - PA para Manaus – AM, em 17 de Abril de 1969, onde permanece até os dias atuais.(CMA, Online)

Visando expandir a presença do Estado Brasileiro na linha de fronteira menos povoada no norte do país, o Exército decidiu criar um novo Comando Militar de Área nessa região estratégica.

Em 11 de julho de 2013, o Decreto Presidencial nº 8.053, alterou a disposição sobre as áreas de jurisdição dos comandos militares de área (C Mil A) e das regiões militares (RM) do Exército Brasileiro, para criar o Comando Militar do Norte (CMN). Com esse ato, a Força Terrestre potencializou suas ações na Amazônia, avolumando a sua capacidade operacional e logística. Tal fato foi possível pois houve uma divisão das atribuições de defesa e de desenvolvimento da área. O CMN ficou responsável pela Amazônia Oriental, tendo sua base na foz do rio Amazonas, na cidade de Belém-PA e o Comando Militar da Amazônia (CMA) permaneceu como guardião da Amazônia Ocidental, baseado no coração da mais exuberante selva do nosso planeta, no município de Manaus-AM, e tendo sob sua responsabilidade a área correspondente aos estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima. (TORRES, 2020, p. 7)

Assim, o CMA teve sua área de atuação e jurisdição dividida com esse novo Comando Militar de Área, abrangendo a partir desse momento os Estados do Amazonas, Rondônia, Roraima e Acre, perfazendo um total de 2.185.173,52 quilômetros quadrados e 9.925 quilômetros de fronteira (República da Guiana: 964 Km, Venezuela: 2.199 km, Colômbia: 1.644 km, Peru: 2.995 km e Bolívia: 2.123 km). .(CMA, Online)

Ainda nesse contexto de aumentar sua presença na Amazônia, foi implementado um Plano de Estruturação com intuito de transferir Grandes

Unidades e Unidades sediadas nas regiões sul e sudeste do país para o CMA, bem como criando novas OM de fronteira. Dessa forma, esse Grande Comando é constituído por 01 (uma) Região Militar, 04 (quatro) Brigadas de Infantaria de Selva, 01 (um) Grupamento de Engenharia e outras Organizações Militares Vinculadas ou Diretamente Subordinadas. (CMA, Online), conforme representado na Figura Nr 1:

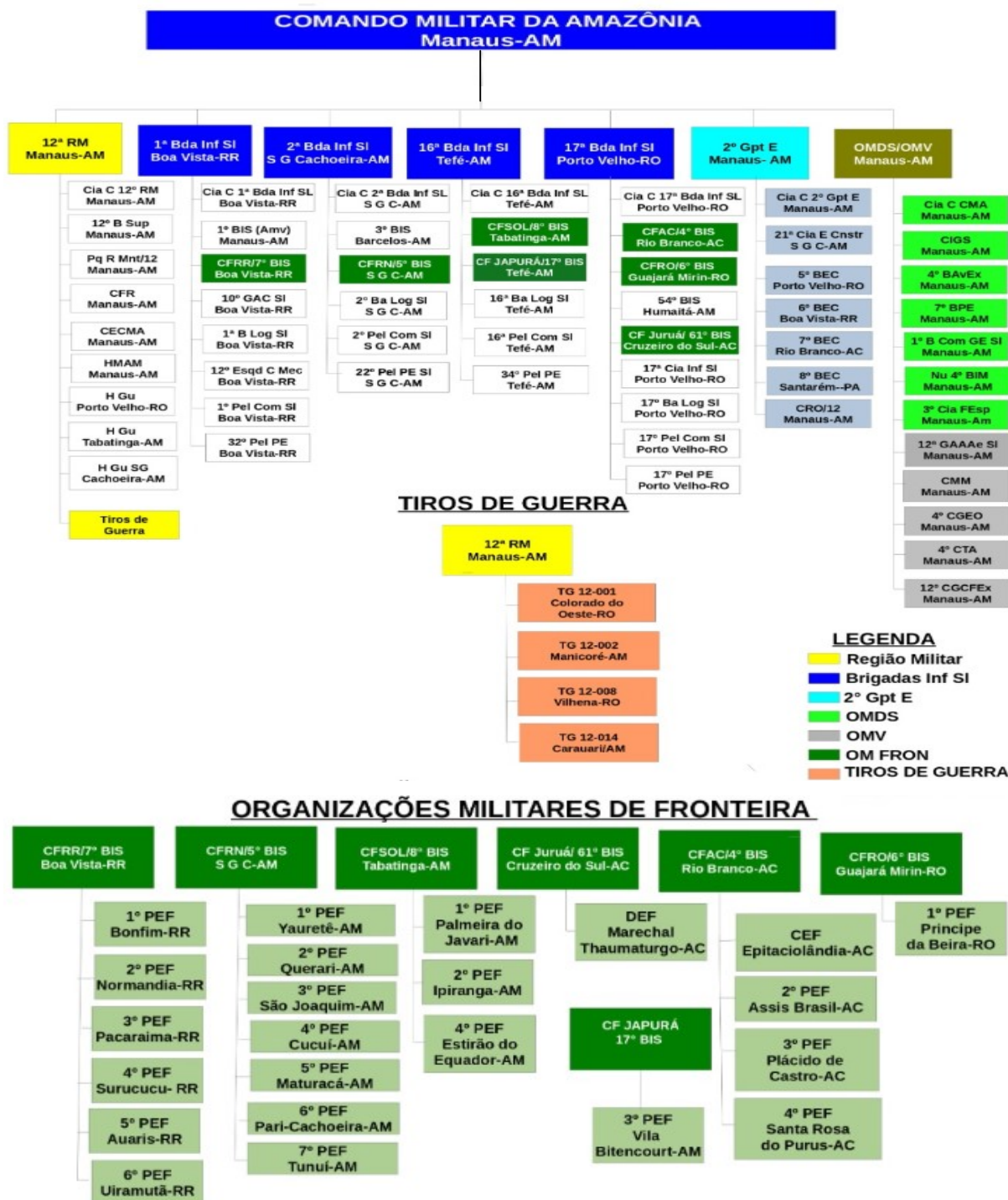


Figura 5 – Unidades do CMA
Fonte: CMA, Online.

4.2 A MISSÃO

A Força Terrestre (F Ter) deve estar em permanente estado de prontidão para atendimento das demandas da defesa nacional, a fim de contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando para o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. (BRASIL, 2017, p 1-1).

A missão do CMA consiste em realizar atividades de preparo e emprego para a atuação em Operações de Guerra e Não-Guerra, e assegurar estado de prontidão para empregar meios, próprios e adjudicados, em proveito da garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, em cooperação com o desenvolvimento nacional e do bem-estar social na área estratégica da Amazônia Ocidental. (CMA, Online)

Nesse escopo, o planejamento das operações militares é realizado pelo Centro de Operações do CMA, abarcando as dimensões humana, física e informacional.

Quanto às atividades do preparo, o CMA segue o previsto no Programa de Instrução Militar do Comando de Operações Terrestres, buscando ampliar suas capacidades de conduzir operações em ambientes complexos e de múltiplos domínios. Outrossim, esse Grande Comando tem envidado esforços para superar os desafios impostos pela hiléia amazônica, visando apresentar soluções adequadas aos problemas militares daquela região.

Para isso, durante o ano de instrução são realizadas operações básicas, complementares e operações de cooperação e coordenação com as agências, visando aumentar o nível de operacionalidade da tropa e sua capacidade de pronta – resposta. As OM participam de exercícios militares voltados especialmente para as ações de defesa externa e subsidiárias, com base em situações fictícias que possam se traduzir em ameaças a soberania da região. Tal fato exige a realização de planejamentos logísticos de grande complexidade, integrando-os às demais funções de combate.

Alguns BIS são também Comandos de Fronteira, possuindo Pelotões Especiais de Fronteira (PEF) destacados na faixa de fronteira ao norte do país. Essas frações têm um papel relevante para a missão do CMA, na medida em que suas localizações estratégicas possibilitam efetivar a presença em locais e

momentos decisivos, seja por meio da atuação imediata, seja dando o alerta oportuno para uma pronta-resposta à altura da ameaça identificada.

A figura abaixo ilustra essa disposição desses Pelotões ao longo faixa de fronteira norte do país:

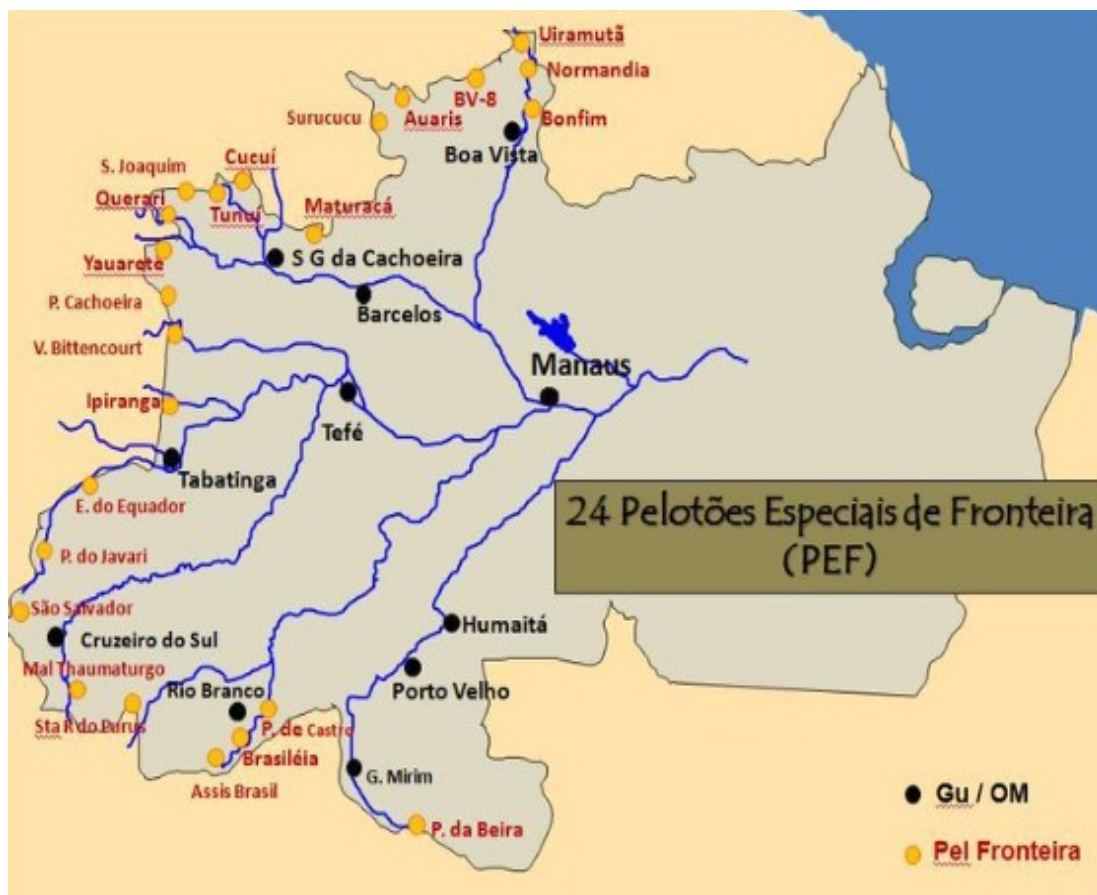


Figura 6 – Disposição dos PEF do CMAI
Fonte: OLIVEIRA, 2020, Online

A presença das Forças Armadas Revolucionárias Colombianas (FARC) e o risco de conflito entre Venezuela e Guiana, representados na Figura 2, são percebidos como potenciais ameaças à soberania da Amazônia Brasileira. Ambos os fatos geram um ambiente de grande instabilidade na região, seja pela associação ao narcotráfico e ao garimpo ilegal, seja pelo risco eminente de conflito armado, respectivamente. Nesse sentido, o CMAI realiza diversos exercícios de adestramento e operações na faixa de fronteira, realizando ações como Pontos de Bloqueio e Controle Fluvial (PBCFlu), Levantamentos Estratégico de Áreas (LEA) e patrulhamentos fluviais.



Figura 7 – Patrulhamento Fluvial
Fonte: sítio do CMA,

O Exército colabora também com a proteção do meio ambiente nessa região. A capacidade que a floresta amazônica tem de interferir no equilíbrio climático à nível global tem sido pauta nas agendas internacionais nos últimos anos, fazendo com que as OM do CMA sejam empregadas cada vez mais no combate à prevenção e à repressão de crimes ambientais especialmente contra focos de incêndio e desmatamento ilegal. Essa atuação ocorre de maneira coordenada com as Agências e Órgãos de Fiscalização e Proteção Ambiental e Órgãos de Segurança Pública, como ocorreu recentemente nas Operações Verde Brasil 1 e 2.



Figura 8 – Operação Verde Brasil
Fonte: sítio do CMA

As peculiaridades da região amazônica fazem com que o CMA cumpra variadas missões de apoio à população local. A “mão amiga” da Força Terrestre é caracterizada pela realização de Assistências Cívico-Sociais (ACISO) e pela atuação em conjunto com as agências locais, como a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), no sentido de melhorar a qualidade de vida da população ribeirinha. São realizados atendimentos médico-odontológicos, palestras institucionais, apresentações e desfiles em praça pública durante as operações militares, contribuindo para a manutenção do apoio da população.



Figura 9 – Realização de ACISO

Fonte: sítio do CMA

A crise venezuelana e a pandemia da Covid-19, ocorridas recentemente, aumentaram a instabilidade na região. O primeiro fato gerou grande fluxo de migrantes e refugiados entrando pela fronteira do país em busca de melhores condições de vida, assim como a pandemia colapsou todo o sistema de saúde da região, ocasionando elevado número de mortes. Em ambos os casos, o CMA atuou de maneira incansável na busca de soluções para o enfrentamento desses problemas, atendendo aos ditames legais e preservando a dignidade humana por meio das Operações Acolhida e Covid-19, respectivamente.



Figura 10 – Operação Acolhida
Fonte: sítio do CMA

4.2.1 A QUESTÃO AMBIENTAL

“A Floresta Amazônica tem se inserido na pauta das discussões mundiais, notadamente a partir da década de 1980, sob o manto do incremento do valor atribuído às questões ambientais no cenário internacional.” (SANTOS, 2014, p. 9)

Para FRANCHI (2011), “A preocupação do estado brasileiro com o meio ambiente, como foco novo e específico de regulação pública, ficou clara com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973.[...]” “Essa questão estava associada ao hiato que se estabelecia entre a industrialização acelerada e o crescimento populacional e o escasamento dos recursos naturais e a degradação ambiental.” (CORAZZA [2005] apud FRANCHI [2011])

[...] sob a influência do medo do esgotamento e da destruição de importantes recursos naturais e da necessidade de regular e proteger esses recursos. É nesse momento que a Amazônia começa a aparecer perante a opinião pública nacional e internacional com imagens variadas, mas todas de colorido ambiental - “pulmão do mundo”, repositório de biodiversidade, grande reserva de água, sede de enormes florestas tropicais e de outros recursos naturais, merecedora de proteção e preservação. São deste período as declarações que apontavam para a necessidade de ingerência internacional sobre a região. Um exemplo amplamente citado por autores civis e militares brasileiros foi o trecho de um discurso do presidente francês François Mitterrand, em 1989: “O Brasil

precisa aceitar uma soberania relativa sobre a Amazônia” (BENATTI [2007] apud FRANCHI [2011])

Atualmente, o Exército Brasileiro orienta suas ações relacionadas à gestão ambiental com base na Política de Gestão Ambiental do Exército Brasileiro (PGAEB), visando assegurar o aperfeiçoamento contínuo do seu desempenho para a preservação, proteção e melhoria da qualidade ambiental. Nesse contexto, o CMA realizou recentemente a Operação Verde Brasil, visando o combate, à prevenção, e à repressão de crimes ambientais, especialmente contra focos de incêndio e desmatamento ilegal, colaborando com as ações do Governo Federal na gestão ambiental na Amazônia Ocidental.



Figura 11 – Operação Verde Brasil 2
Fonte: sítio da 17ª Brigada de Infantaria de Selva

4.2.2 A QUESTÃO INDÍGENA

Terra Indígena (TI), de acordo com a Constituição Federal de 1988, é um território demarcado e protegido para a posse permanente e o usufruto exclusivo dos povos indígenas. Essas terras são reconhecidas como patrimônio da União e são destinadas à preservação de sua cultura, tradições, recursos naturais e formas de organização social, além de assegurar a reprodução física e cultural dessas comunidades. A

demarcação das terras indígenas é um direito constitucional e visa garantir a autodeterminação, a autonomia e a proteção dos direitos dos povos indígenas, bem como sua participação ativa na gestão e preservação desses territórios.

“Atualmente, constam 736 terras indígenas nos registros da Funai. Essas áreas representam aproximadamente 13,75% do território brasileiro, estando localizadas em todos os biomas, sobretudo na Amazônia Legal.” (IBGE, 2021, Online)

Alguns estudiosos defendem que a demarcação excessiva de terras indígena afeta a soberania e a integridade territorial do Brasil. “A mudança de enfoque da política indigenista brasileira proporcionou, dentre outras coisas, que se demarcassem mais terras indígenas e com mais rapidez do que anteriormente [...] com a aquiescência e com o incentivo da comunidade internacional. (SANTOS, 2014, p. 41)

Verifica-se, pois, a intrincada trama de pressões e eventos internacionais, eivada de oportunismos e farsas ideológicas, conjurando contra a manutenção da soberania e da integridade territorial brasileira. As evidências, e não são poucas, das intenções funestas e nada humanísticas das nações desenvolvidas são maquiadas frente à opinião pública nacional e principalmente internacional, no sentido de se fazer acreditar que as ações efetivadas são para o bem dos povos indígenas do mundo e para a garantia da preservação da Floresta Amazônica. (SANTOS, 2014, p.45)

Elas são criadas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), sendo legalmente destinadas à posse permanente das comunidades que a ocupam, com intuito de preservar o habitat e garantir a sobrevivência físico-cultural dos grupos indígenas. Cabe ressaltar que algumas organizações militares do Exército Brasileiro estão localizadas dentro dessas demarcações, fortalecendo a interação da Força com a população local. (IBGE, 2021, Online)

A Terra Indígena Yanomami abrange uma área de 9.664.975,4800 hectares, equivalente ao território de Portugal ou ao Estado de Santa Catarina (FREGAPANI [2000] apud SANTOS [2014]).

E a controvérsia começa justamente aí, no tamanho da área demarcada. Há relatos e acusações de que o tamanho da reserva tenha sido manipulado por organizações estrangeiras não governamentais – de fachada, pois, na verdade, estariam representando disfarçadamente interesses de países preocupados com o preço dos minérios no mercado internacional – em função das riquezas existentes, especialmente ouro e cassiterita de alto teor. (BRASIL [2002] apud SANTOS [2014])

“Constata-se, ainda, que as fronteiras étnicas transcendem as fronteiras políticas. Trinta e seis povos indígenas do Brasil possuem contingentes populacionais em países limítrofes como Peru, Colômbia, Venezuela, Suriname, Guiana Francesa, Guiana, Bolívia, Paraguai e Argentina.” (VISACRO, 2009, p. 71)

Nesse contexto, a Portaria – EME/ C Ex Nº 946, de 16 de janeiro de 2023, aprovou a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas (EB20-D-07.095). De acordo com essa diretriz, O Exército Brasileiro mantém, historicamente, um excelente relacionamento com as comunidades indígenas, sendo de seu interesse manter esse estreito relacionamento como instrumento da estratégia da presença na Amazônia, protegendo e valorizando a cultura indígena.

Assim, os Comandos Militares de Área, particularmente o CMA E CMN, possuem as seguintes atribuições: estabelecer normas específicas de convivência com vistas a orientar a conduta dos militares no trato com os indígenas, considerando as características e diversidade étnica de cada grupo; preparar estágios para todos os militares que possam vir a ter contato com as comunidades indígenas; quando da seleção para o serviço militar inicial, atentar para a relevância da incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção; e engajar suas Assessorias de Relações Institucionais de modo a tornar o relacionamento e as atividades planejadas com as comunidades indígenas perenes e regulares.

4.2.3 O CIGS

Diante do exposto, percebeu-se a necessidade de especializar seus quadros para o combate na selva e de realizar pesquisas e experimentações doutrinárias para a defesa e proteção da Amazônia Brasileira.

O Brasil foi o primeiro país a criar uma escola voltada para a especialização de militares em operações no ambiente de selva, em 1964. O Centro de Instrução de Guerra na Selva foi criado em um momento em que o país voltava esforços no sentido da integração nacional, com a transferência da capital federal do Rio de Janeiro para o Planalto Central, Brasília, e as primeiras obras de integração da mesma com a região amazônica, sendo realizadas pelo então presidente Juscelino Kubitschek. (FRANCHI, SOUTO, PAIM, 2019, p. 73)



Figura 12 – Instrução durante o COS
Fonte: sítio do CIGS

A especialização de militares nesse ambiente operacional ocorre por meio da realização dos Cursos de Operações na Selva (COS), realizados pelos oficiais e sargentos das Forças Armadas do Brasil e de países amigos, e militares de forças auxiliares com emprego específico na região amazônica, tais como bombeiros e polícias militares. Durante esses cursos, os alunos aprendem técnicas, táticas e procedimentos de combate na floresta, visando desenvolver atributos da área afetiva que os capacitem a orientar, navegar e comandar patrulhas nesse ambiente operacional. Cabe destacar que o CIGS é reconhecido como a melhor escola de selva do mundo.

5. O SERVIÇO MILITAR

O Serviço Militar consiste no “exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.” (Lei do Serviço Militar, 1964, Art 1º)

O Serviço Militar no Exército divide-se da seguinte forma: Serviço Militar Inicial Obrigatório; Serviço Militar Inicial Obrigatório para Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários; Serviço Militar Voluntário Temporário para Militares Combatentes; Serviço Militar para Oficiais de Saúde Temporários Voluntários; Serviço Militar para Militares Técnicos Temporários Voluntários; Serviço Militar para Oficiais Superiores Temporários Voluntários; e Militares de Carreira. (Lei do Serviço Militar, 1964)

O Serviço Militar Inicial Obrigatório é de natureza combatente e ele ocorre todos os anos, continuamente. Durante o ano de instrução, o militar passa por um ciclo de instrução progressivo e ininterrupto desde a instrução básica, passando pela qualificação, até o adestramento. Nesta última fase, ocupa o cargo ou função para o qual foi qualificado e, em seguida, é licenciado do serviço ativo, passando a integrar a Reserva do Exército. (Diretoria de Serviço Militar, 2021, Online)

O ingresso ocorre por meio da incorporação ou matrícula, nas Organizações Militares do Exército, dos homens convocados para o alistamento militar. Esta convocação é automática para o homem no ano em que completar 18 (dezoito) anos e, após convocado, o seu alistamento no Sistema de Serviço Militar será obrigatório para que possa concorrer à seleção. Após a seleção do jovem poderá servir como: Soldados do Efetivo Variável (EV), nas Organizações Militares das Forças Armadas; e Alunos dos Órgãos de Formação dos Oficiais da Reserva (OFOR), nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) ou Núcleos de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). (DSM, 2021, Online)

“Os jovens matriculados nos Tiros de Guerra não são militares. São denominados Atiradores e, após a conclusão do Serviço Militar, recebem a carteira de reservista, estando aptos à convocação como militares na graduação de Cabo ou Soldado, conforme a sua qualificação.” (DSM, 2021, Online)

O ingresso para os militares temporários tem origem na incorporação ou matrícula do cidadão convocado e selecionado para o Serviço Militar Inicial Obrigatório ou Serviço Militar Voluntário, nos termos da Lei do Serviço Militar. A incorporação ocorre nas Organizações Militares e a matrícula nos Órgãos de Formação de Reserva (OFR) e nos Órgãos de Formação de Oficiais da Reserva (OFOR). (DSM, 2021, Online)

A duração do Serviço Militar Inicial Obrigatório é de 12 (doze) meses, podendo ser dilatado por mais 6 (seis) meses, por interesse do Exército. O Serviço Militar Inicial Obrigatório se encerra com o licenciamento do militar, ao final dos doze meses. Caso não deseje ser licenciado, o militar temporário poderá solicitar a prorrogação do seu tempo de serviço por mais 12 (doze) meses, encerrando assim a fase obrigatória do Serviço Militar e ingresando no Serviço Militar Voluntário Combatente. Caso haja interesse do militar, é possível prorrogar por mais 12 (doze) meses sucesivamente, limitado o tempo total de 96 (noventa e seis) meses,

incluído o tempo do Serviço Militar Inicial Obrigatório, se for o caso. (DSM, 2021, Online)

“O militar temporário é aquele que presta o serviço militar por prazo determinado e destina-se a completar as Armas, os Quadros de Oficiais e as diversas Qualificações Militares de praças, conforme for regulamentado pelo Poder Executivo.” (Lei Nº 6.391, 1976, Art 3º, inciso II)

“Após o licenciamento do serviço ativo, o militar temporário passará a integrar a reserva não remunerada do Exército nos termos da Lei Nº 2.552 de 3 de agosto de 1955 e estarão sujeitos à mobilização até completar 45 (quarenta e cinco) anos.” (DSM, 2021, Online)

6. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante as pesquisas de campo, foram realizadas entrevistas com militares possuidores de vasta experiência no planejamento e condução do serviço militar na região amazônica, com a finalidade de obter dados sobre o recrutamento de indígenas para o serviço militar inicial obrigatório e suas contribuições durante as operações na selva. Esses militares já exerceram funções de Chefe do Serviço Militar da 12ª Região Militar, Chefe da Comissão de Seleção ou Comandantes de subunidades em OM do CMA. Assim, foram obtidos os seguintes resultados:

- Existe uma Diretriz para o Relacionamento do Exército Brasileiro com as Comunidades Indígenas (EB20-D-07.095), com o objetivo de orientar a F Ter quanto ao seu relacionamento com as comunidades indígenas em todo o território nacional, particularmente na Amazônia, como instrumento da estratégia da presença. Dentre as atribuições e solicitações aos órgãos da instituição para a consecução desse objetivo, especificamente aos C Mil A, cabe destacar que quando da seleção para o serviço militar inicial obrigatório, deve-se atentar para a relevância da incorporação de jovens oriundos das comunidades indígenas, desde que voluntários e aprovados no processo de seleção. Nesse escopo, pode-se concluir que a incorporação de jovens indígenas às fileiras do Exército fortalece a coesão nacional, facilitando o cumprimento da missão constitucional de garantir a soberania e a integridade nacional.

- O alistamento militar visa atender a necessidade do serviço de cada OM. Consequentemente, as guarnições que possuem muitas comunidades indígenas dentro de suas áreas de responsabilidade, incorporam mais indígenas do que outras OM sediadas em área com menor incidência dessa população. Um exemplo é a cidade de São Gabriel da Cachoeira, onde a população indígena chega a representar aproximadamente 97 (noventa e sete) por cento da população local, distribuídas em diversas etnias. Portanto, os BIS incorporam, anualmente, centenas de jovens indígenas para a prestação do serviço militar inicial obrigatório.

- Durante o alistamento militar nessas guarnições, muitos candidatos indígenas são cortados pelo sistema do Serviço Militar de Mobilização (SERMILMOB) por terem uma baixa escolaridade, uma vez que esse sistema não diferencia candidatos indígenas dos não indígenas. Tal fato reduz

consideravelmente o número de candidatos, visto que o baixo nível de escolaridade retrata uma realidade local;

- A baixa estatura dos candidatos indígenas também estaria reduzindo a oferta de pessoal nesse processo. Grande parte da população indígena possui uma baixa estatura, se comparada com o padrão médio do brasileiro. Assim, os requisitos físicos previstos na legislação vigente para o Serviço Militar restringem a oferta de indígenas, pois muitos são cortados prematuramente nesse processo de seleção;

- Em 2023, o Comando de Fronteira Solimões/ 8º BIS, sediado em Tabatinga – AM, incorporou 33 (trinta e três) indígenas da etnia ticuna, atendendo a diretriz para o recrutamento de indígenas no âmbito do CMA. Esses militares compuseram o mesmo pelotão durante todo o período básico e logo em seguida foram transferidos para a subunidade operacional do batalhão. Durante a formação, pode-se constatar que eles possuíam muitas habilidades que facilitavam o emprego da tropa durante as operações na selva, tais como: conhecimentos de sobrevivência na selva (construção de abrigos, orientação e obtenção de alimentos de origem animal e vegetal, de água e fogo), a maioria deles sabiam pilotar embarcações com motor de popa e conheciam os rios da região. Seus hábitos e costumes também foi visto como facilitadores para a inserção da tropa nas localidades ribeirinhas;

- As características da região amazônica, abordadas no capítulo 3, impactam diretamente no alistamento militar conduzido nas guarnições da Amazônia Ocidental. Em algumas localidades sedes de OM a demanda de homens que atendem aos requisitos para a prestação do serviço militar é maior do que a oferta, ensejando que jovens oriundos de cidades como Manaus, sejam alistados em outras Juntas de Serviço Militar. Isso corre em Barcelos e São Gabriel da Cachoeira, visando completar a necessidade de pessoal das OM sediadas nessa guarnição;

- Outro aspecto relevante é o interesse dos habitantes locais em servir ao Exército quando completam 18 (dezoito) anos, muitas das vezes atraídos pela remuneração e status. Essa realidade tem sido bem aproveitada nesse processo, na medida em que a maioria dos selecionados para a incorporação nas diversas OM são voluntários para a prestação do serviço militar inicial obrigatório, possibilitando um melhor aproveitamento dos recursos humanos locais, bem

como mitigando os riscos de deserção durante a prestação do serviço militar, bastante comum nessas áreas.

Com base nessas observações, infere-se parcialmente que o interesse do Exército em incorporar jovens cidadãos pertencentes as diversas etnias indígenas brasileiras está sendo dificultado pelo sistema utilizado durante o alistamento militar (SERMILMOB). Observa-se que os indígenas, em sua maioria, não atendem aos requisitos obrigatórios para a prestação do serviço militar, exemplificados com a baixa escolaridade e estatura.

Outra conclusão parcial é que o recrutamento de indígenas não considera o grau de parentesco desses com as lideranças locais, somente o cumprimento das exigências legais.

7. CONCLUSÃO

Com base no que foi apresentado no decorrer deste trabalho, infere-se que travar uma guerra no ambiente operacional da Amazônia representa um desafio para qualquer Exército do mundo. As dificuldades impostas pela floresta colocam em dúvida o funcionamento de novas tecnologias, fazendo do homem ainda o principal recurso de uma Força Armada.

A guerra do Cenepa revela uma experiência de emprego de tropas indígenas em conflito armado, ocasião em que o Equador travou uma guerra contra o Peru na área do vale do rio Cenepa, motivado por uma questão de limite. O Exército Equatoriano empregou tropas indígenas formadas por soldados nativos da região amazônica, conjugando a cultura militar com o conhecimento ancestral, habilidades e destrezas das nacionalidades amazônicas, forjados na Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Nativos do Exército (EFYPNE), contribuindo para a vitória equatoriana. (FRANCHI, 2018, p.76)

Uma das conclusões que se chega ao final deste trabalho é que os soldados indígenas que integram as OM do CMA, como os Batalhões de Infantaria de Selva (BIS), possuem grande expertise para o combate na floresta, observada nos capítulos anteriores. Esses soldados indígenas a conhecem como ninguém, capazes de se orientar, navegar, alimentar e combater com maestria nesse ambiente operacional, contribuindo sobremaneira com a capacidade do Brasil em defender seus interesses na região.

Observa-se também que o fato do indígena pertencer a alguma etnia da região, geralmente oriundo de comunidades ribeirinhas, facilita o relacionamento do Exército com a população local. Essa realidade tem refletido positivamente no transcurso das operações militares, especialmente na faixa de fronteira, visto que a população local evidencia uma melhor aceitação da missão constitucional da F Ter naquela região, ora colaborando com as operações de inteligência, por meio do fornecimento de dados, ora contribuindo com a força de sustentação nos exercícios de simulação de combate de resistência.

Outro aspecto importante é que esses militares indígenas facilitam a interlocução entre a tropa e as comunidades, considerando a grande variação lingüística peculiar nesse rincão, materializada pelos diversos dialetos falados pela população indígena brasileira.

Nesse contexto, conclui-se que o SERMILMOB deve ser atualizado para melhor atender aos interesses da instituição no que se refere ao alistamento militar nas guarnições do CMA. Dessa forma, cabe uma discussão para levantar os riscos e benefícios da adoção de parâmetros e requisitos específicos para cada região do país. No caso da Amazônia Ocidental, caberia exigir um menor grau de escolaridade e estatura. Isso possibilitaria incorporar uma maior quantidade de indígenas para a prestação do Serviço Militar Inicial Obrigatório no âmbito do CMA.

Ainda, cabe ressaltar que as comunidades indígenas possuem lideranças com elevado grau de influência sobre a população local. Assim, infere-se que o recrutamento nessas localidades deve priorizar cidadãos que tenham parentesco com essas lideranças, potencializando a capacidade operacional da F Ter nessa região do país.

Por fim, infere-se que a utilização desse recurso humano contribui sobremaneira com a capacidade do Brasil em defender seus interesses na Amazônia Brasileira. A participação do indígena na expressão militar do poder nacional fortalece as estratégias da presença e da dissuasão, o patriotismo e a coesão nacional.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Alice Barros Martins. **A problemática da segurança pública na fronteira Brasil e Bolívia com foco no Estado do Mato Grosso**. 2012. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Altos Estudos de Política e Estratégia). Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2012.

ARAÚJO, Marco Aurélio Bezerra De. **As operações militares desenvolvidas na faixa de fronteira da região amazônica: atuação do Comando Militar da Amazônia nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências**. 2018. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

Brasil. Exército **Amazônia Brasileira**. Brasília. Disponível em: <https://www.eb.mil.br/exercitobrasileiro?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=52286&_101_type=content&_101_urlTitle=amazonia-brasileira&inheritRedirect=true> Acesso em 11 de junho de 2023.

_____. _____. **Missão e Visão de Futuro**. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/missao-e-visao-de-futuro>>. Acesso em: 10 de maio de 2023.

_____. Exército. Comando de Operações Terrestres. **EB20-MC-10.210: Combate de Resistência**, 3. Ed, Brasília,DF, 2014.

_____. _____. _____. **EB70-MC-10.210: Operações na Selva**, 1. Ed, Brasília,DF, 2023.

_____. _____. _____. **EB70-MC-10.223: Operações**, 5. Ed, Brasília,DF, 2017.

_____. Exército. Comando Militar da Amazônia. **Histórico**. Brasília. Disponível em: <https://cma.eb.mil.br/index.php?option=com_content&view=article&id=94&Itemid=475> Acesso em 11 de junho de 2023.

_____. _____. _____. **Missão e Valores**. Brasília. Disponível em: <<https://cma.eb.mil.br/index.php/missao-e-valores>> Acesso em 11 de junho de 2023.

_____. _____. _____. **O Serviço Militar**. Brasília, 2021. Disponível em: <<http://dsm.dgp.eb.mil.br/index.php/pt/o-servico-militar>> Acesso em 05 de junho de 2023.

_____. _____. _____. **Unidades CMA**. Brasília. Disponível em: <<https://cma.eb.mil.br/index.php/missao-e-valores>> Acesso em 11 de junho de 2023.

_____. Exército. Estado-Maior do Exército. **IP 72-1 – Operações na Selva**. 1. ed. Brasília, DF, 1997.

_____. _____. _____. **EB20-D-07.095: Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas.** Brasília, DF, 2023.

_____. _____. Exército Brasileiro. Manual de Campanha. EB70-MC-10.307 **Planejamento e Emprego da Inteligência Militar.** Brasília, DF, 2016.

_____. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília, DF, 2020.

_____. Ministério da Defesa. **Política Nacional de Defesa.** Brasília, DF, 2016.

_____. **Lei do Serviço Militar, 1964. Dispõe sobre as normas gerais para o serviço militar no Brasil.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1964. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4375-17-agosto-1964-377695-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

_____. **Lei 6.391, 1976. Dispõe sobre o pessoal do Ministério do Exército e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Brasília, DF, 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19701979/l6391.htm#:~:text=LEI%20No%206.391%2C%20DE,Militar%20e%20o%20Pessoal%20Civil.>. Acesso em: 10 de junho de 2023.

DANTAS, Leonardo Arêas. **O agravamento da problemática da Segurança Pública brasileira na faixa de fronteira e os seus reflexos para o preparo e emprego da Força Terrestre.** 2014. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2014.

DOKTORCZYK, Sylvio Torres. **A participação do indígena na expressão do poder nacional: uma contribuição para as estratégias da dissuasão e da presença na defesa da Amazônia Brasileira.** 2022. 104 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Alto Estudos de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2022

FLORES SOUTO, Juan Carlos; PAIM, Rodrigo de Almeida; FRANCHI, Tássio. **As escolas de selva como fator de dissuasão na Pan-Amazônia: análise de caso dos exércitos equatoriano e brasileiro.** (2018). Rev. Bras. Est. Def. v. 5, nº 2, jul./dez. 2018.

FRANCHI, Tássio. **À sombra do rio Traíra: incidentes nas fronteiras do Amazonas.** Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social de Fronteiras (IDESF). Disponível em: <<https://www.idesf.org.br/2020/05/27/a-sombra-do-rio-traira-incidentes-nas-fronteiras-do-amazonas/>>. Acesso em: 14 set 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comunicação do IBGE.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/novo-portal-destaques/36595-com-a-coleta-concluida-em-tis-yanomamis-censo-ja-registra-1-652-876-pessoas-indigenas-em-todo-o-pais.html>>. Acesso em 12 de abril de 2023.

_____. **Terra Indígena**: o que é?. Disponível em: < INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Comunicação do IBGE**. Disponível em: <<https://www.gov.br/funai/pt-br/atuacao/terras-indigenas/demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Secretaria Executiva. **Rio Amazonas**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/hidrografia/rio-amazonas/>>. Acesso em 15 de abril de 2023.

MUNIZ, Carlos Humberto Feitosa. **O emprego do Exército Brasileiro nos combates aos delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira amazônica e o atual preparo dos Batalhões de Infantaria de Selva para atuar nesse contexto**. 2018. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2018.

OLIVEIRA, Paulo Sérgio Nogueira De. Brasília. 2020 Disponível em: <https://twitter.com/gen_paulosergio/status/1266156436855427072> Acesso em: 10 de setembro de 2023.

SANTOS FILHO, José Fernandes Carneiro dos. **As implicações do atual processo de demarcação de terras indígenas para a Defesa Nacional**. 125f. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, José placídio Matias Dos. **Questão indígena na Amazônia: ameaças à soberania e a integridade territorial do Brasil**. 2014. 65 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Alto Estudo de Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2014.

TORRES, Alexandre de Lima. **A contribuição do Exército Brasileiro para a defesa e desenvolvimento da Amazônia Ocidental**. 2020. 34 f. Trabalho de Conclusão de Curso (especialização em Alto Estudo em Defesa) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2020.

VISACRO, Alessandro. **Os desafios do Exército Brasileiro na Amazônia Legal: a ascensão do Movimento Indígena e suas implicações para a Política de Defesa Nacional**. 2009. 157 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Altos Estudos Militares) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2009.